

Demonstrações Financeiras

MEZ 1 Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... | 1 |
| Demonstrações financeiras auditadas | |
| Balanço patrimonial | 6 |
| Demonstração do resultado | 7 |
| Demonstração do resultado abrangente | 8 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 9 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
MEZ 1 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 1 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Shape the future
with confidence

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 726.553 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.3, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de



**Shape the future
with confidence**

inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.3, 3.3 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade', is written over the printed name.

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

MEZ 1 Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.401 | 934 |
| Concessionárias e permissionárias | 5 | 5.563 | 2.582 |
| Tributos e contribuições a compensar | | 248 | 423 |
| Partes relacionadas | 12 | 7.709 | 6.442 |
| Outros ativos circulantes | | 162 | 256 |
| Ativo de contrato | 6 | 55.282 | 53.312 |
| Total do ativo circulante | | <u>71.365</u> | <u>63.949</u> |
| Não circulante | | | |
| Caixa restrito | 4 | 14.725 | 14.044 |
| Concessionárias e permissionárias | 5 | 864 | - |
| Ativo de contrato | 6 | 671.271 | 699.325 |
| Total do ativo não circulante | | <u>686.860</u> | <u>713.369</u> |
| Total do ativo | | <u>758.225</u> | <u>777.318</u> |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 7 | 14.374 | 24.037 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 9 | 4.585 | 8.064 |
| Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais | | 650 | 1.278 |
| Partes relacionadas | | 1 | 1 |
| Provisão pré-operacionais | 8 | 223 | 6.683 |
| Provisão para ações judiciais | 16 | 4.215 | 350 |
| PIS e COFINS diferidos | 10.1 | 2.018 | 1.946 |
| Total do passivo circulante | | <u>26.066</u> | <u>42.359</u> |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 9 | 277.422 | 271.605 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10.2 | 17.022 | 22.335 |
| PIS e COFINS diferidos | 10.1 | 19.699 | 25.525 |
| Total do passivo não circulante | | <u>314.143</u> | <u>319.465</u> |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 11 | 272.250 | 272.250 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 45.720 | 36.350 |
| Reservas de lucros | 11 | 100.046 | 106.894 |
| Total do patrimônio líquido | | <u>418.016</u> | <u>415.494</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>758.225</u> | <u>777.318</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional líquida | 13 | 63.562 | 151.586 |
| Custo de Implementação de Infraestrutura | 14 | (35.109) | (112.888) |
| Custo de operação e manutenção | | (1.320) | (1.006) |
| Resultado bruto | | 27.133 | 37.692 |
| Administrativas e gerais | | (2.796) | (763) |
| Outras despesas operacionais | 15 | 5.522 | - |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 29.859 | 36.929 |
| Receita financeira | 16 | 1.840 | 805 |
| Despesas Financeiras | 16 | (31.219) | (18.558) |
| | | (29.379) | (17.753) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 480 | 19.176 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 18 | (2.187) | (1.077) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 10 | 5.314 | (4.025) |
| Lucro líquido do exercício | | 3.607 | 14.074 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 3.607 | 14.074 |
| Total de resultados abrangentes | <u>3.607</u> | <u>14.074</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|------|----------------|---|---------------|------------------------------|-------------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 204.500 | 5.500 | 9.543 | 83.277 | - | 302.820 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 98.600 | - | - | - | 98.600 |
| Aumento de capital | | 67.750 | (67.750) | - | - | - | - |
| Lucro do líquido do exercício | | - | - | - | - | 14.074 | 14.074 |
| Reserva legal | | - | - | 704 | - | (704) | - |
| Reserva de lucros a realizar | | - | - | - | 13.370 | (13.370) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 11 | 272.250 | 36.350 | 10.247 | 96.647 | - | 415.494 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 11 | - | 9.370 | - | - | - | 9.370 |
| Dividendos distribuídos | 11 | - | - | - | (10.455) | - | (10.454) |
| Lucro do líquido do exercício | 11 | - | - | - | - | 3.607 | 3.607 |
| Reserva legal | 11 | - | - | 180 | - | (180) | - |
| Reserva de lucros a realizar | 11 | - | - | - | 3.427 | (3.426) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 11 | 272.250 | 45.720 | 10.427 | 89.619 | - | 418.017 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-----------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 3.607 | 14.074 |
| Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures | 24.500 | 25.666 |
| Custos de captação | 1.173 | (1.104) |
| Rendimentos de aplicações Vinculadas | (681) | - |
| PIS e COFINS diferidos | (5.754) | 4.951 |
| IRPJ e CSLL diferidos | (5.313) | 4.025 |
| | 17.532 | 47.612 |
| Aumento nos ativos | | |
| Concessionárias e permissionárias | (3.845) | (829) |
| Ativo de contrato | 26.084 | (137.003) |
| Impostos a recuperar | 175 | (4) |
| Partes relacionadas | (7.727) | (5.891) |
| Outros ativos | 95 | 1.420 |
| | 14.782 | (142.307) |
| Aumento nos passivos | | |
| Fornecedores | (9.663) | 10.760 |
| Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas | (628) | 278 |
| Provisão para ações judiciais | 3.865 | 220 |
| Outras obrigações | - | (839) |
| | (6.426) | 10.419 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 25.888 | (84.276) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 9.370 | 98.600 |
| Caixa restrito | - | (7.219) |
| Pagamento de dividendos | (10.455) | - |
| Amortização do principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures | (23.336) | (7.713) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos | (24.421) | 83.668 |
| Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa | 1.467 | (608) |
| Caixa e equivalentes em 1º de janeiro | 934 | 1.542 |
| Caixa e equivalentes em 31 de dezembro | 2.401 | 934 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A MEZ 1 Energia S.A. (“Companhia” ou “Transmissora”), controlada pela MEZ T1 Transmissora e Participações S.A, que possui como controladora do Grupo econômico a MEZ Energia e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2019 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, 1761 - 13º Andar - Cj 131, 132, 141, 142 - Indianópolis - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2. Da Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 10/2020 - ANEEL, datado de 20 de março 2020, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Sapeaçu - Camaçari IV C1;
- LT 230 kV Camaçari IV - Pirajá C1/C2 e SE 230/69 kV Pirajá; e
- SE Camaçari II (Novo Pátio 69kV e Transformação 230/69 kV).

A Companhia entrou em fase operacional de 100% de seus projetos em janeiro de 2025.

O contrato de concessão assegura a Receita Anual Permitida (RAP) no montante de R\$37.063 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da concessão

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Da Concessão--Continuação

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

A Administração avalia constantemente a estrutura de capital e posição financeira da Companhia, preservando sempre a solidez e foco de longo prazo dos seus projetos. Essa avaliação é feita com base na avaliação da situação financeira da Companhia, que visa organizar a estrutura de capital durante a fase de construção e durante a fase de operação, sendo que cada fase possui riscos e custo de capital distintos. Adicionalmente, caso necessário, a Companhia poderá receber aportes de capital de seus acionistas para suportar as suas obrigações de curto prazo.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Encargos regulamentares

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de elaboração e apresentação--Continuação

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 8,31 %. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção--Continuação

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Políticas contábeis materias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

b) Ativo de concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

b) Ativo de concessão - contratual--Continuação

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.8. Reconhecimento de receita--Continuação

a) Receita de infraestrutura--Continuação

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 8,31 % que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.9. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3 Políticas contábeis materiais—Continuação

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%.

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.11. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.12. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Novas normas e interpretações

3.13.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

- CPC 40 – Estabelece os requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras relacionados a instrumentos financeiros, com o objetivo de permitir que os usuários avaliem a relevância desses instrumentos para a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como a natureza e a extensão dos riscos decorrentes desses instrumentos. A norma exige divulgações detalhadas sobre riscos de crédito, liquidez e mercado, além de informações sobre mensuração a valor justo e hierarquia de valor justo (níveis 1, 2 e 3), políticas de gestão de risco e métodos utilizados para mensuração. Base internacional: IFRS 7.
- CPC 48 – Estabelece os princípios para reconhecimento, classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, além de definir o modelo de impairment baseado em perdas de crédito esperadas (Expected Credit Loss – ECL) e as regras para contabilidade de hedge. A norma determina que os ativos financeiros sejam classificados conforme o modelo de negócio da entidade e as características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por outros resultados abrangentes (FVOCI) ou ao valor justo por meio do resultado (FVTPL). Também introduz um modelo prospectivo para reconhecimento de perdas de crédito, visando refletir antecipadamente riscos de inadimplência nos instrumentos financeiros. Base internacional: IFRS 9.

3.13.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- IFRS 18 – Estabelece nova estrutura para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com foco na classificação de receitas e despesas em categorias (operacional, investimento e financiamento), definição de subtotais obrigatórios na Demonstração do Resultado do Exercício, divulgação de medidas de desempenho da administração e critérios para agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras. Data de vigência: exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2027.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes--Continuação

uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. Início da vigência em 01 de janeiro de 2027.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e bancos | 105 | 44 |
| Aplicações financeiras em CDB | 2.296 | 890 |
| | <u>2.401</u> | <u>934</u> |

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 65% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4.1. Caixa restrito

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|----------------|-------------------|-------------------|
| Caixa restrito | 14.725 | 14.044 |
| | <u>14.725</u> | <u>14.044</u> |

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$14.725, classificado como caixa restrito, refere-se a exigências conforme os contratos de financiamentos, que estão discriminados abaixo:

Banco Itaú

R\$900 - Conta Pagamento: Nesta conta são acumulados mensalmente 1/6 avos do valor da PMT, até completar o valor da parcela que ocorre mensalmente.

R\$6.886 - Conta Reserva: Nesta conta sempre será mantido o valor de uma PMT, por toda a vida do contrato.

Banco do Nordeste

R\$6.939. - Este valor deve ser mantido como garantia por toda a vida do contrato.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Concessionárias e permissionárias

| | | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Concessionárias e permissionárias | | 6.427 | 2.582 |
| | | <u>6.427</u> | <u>2.582</u> |
| | <u>31/12/2025</u> | | |
| Títulos a vencer | 5.550 | | |
| Títulos vencidos em até 30 dias | 5 | | |
| Títulos vencidos em até 90 dias | 8 | | |
| Títulos vencidos há mais de 90 dias | 864 | | |
| | <u>6.427</u> | | |
| Classificado: | | | |
| Circulante | 5.563 | | |
| Não Circulante (*) | 864 | | |

(*) O montante de R\$ 864 classificado no ativo não circulante, está relacionado à títulos vencidos cuja cobrança está suspensa devido a liminar em processo judicial ou clientes em recuperação judicial. Além disso, esse montante contempla também companhias inadimplentes em relação ao faturamento da multa rescisória do contrato de uso do sistema e transmissão (CUST), cuja cobrança está sendo realizada de acordo com o estabelecido na REN 1.125/2025 da ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

6. Ativo de contrato

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo Inicial | 752.637 | 615.634 |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - | 99.127 |
| Ajuste na realização da margem de construção | (35.109) | - |
| Ajuste realização da RAP | (2.527) | - |
| Remuneração do Ativo de Concessão | 60.012 | 58.172 |
| Receita de Operação e manutenção | 2.835 | 2.316 |
| (-) Faturamento | (51.295) | (22.612) |
| | <u>726.553</u> | <u>752.637</u> |
| Circulante | 55.282 | 53.312 |
| Não Circulante | 671.271 | 699.325 |
| | <u>726.553</u> | <u>752.637</u> |

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Fornecedores

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores | 14.374 | 24.037 |
| | <u>14.374</u> | <u>24.037</u> |

Os valores referem-se substancialmente a materiais e serviços para a obra a serem liquidados até o final do próximo exercício.

8. Provisão pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Provisão unitização | - | 6.600 |
| Outros | 221 | 83 |
| | <u>221</u> | <u>6.683</u> |

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

| <u>Instituições Financeiras</u> | <u>Moeda</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Taxa de juros a.a.</u> | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---------------------------------|--------------|-------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Banco Itaú – Debentures | BRL | 15/07/2043 | IPCA + 7,3879% | 83.888 | 79.809 |
| Banco do Nordeste | BRL | 30/11/2045 | IPCA + 3.2729% | 198.119 | 199.860 |
| | | | | <u>282.007</u> | <u>279.669</u> |
| | | | | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
| Circulante | | | | 4.585 | 8.064 |
| Não Circulante | | | | 277.422 | 271.605 |
| | | | | <u>282.007</u> | <u>279.669</u> |

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures

Movimentação 2025

| Instituições Financeiras | Saldos em 31/12/2024 | Adições | Custo de captação | Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures | Amortização de juros | Amortização de principal | Saldos em 31/12/2025 |
|---------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------------------|---|---------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|
| Banco Itaú - Debentures | 79.809 | - | - | 10.950 | (5.776) | (1.095) | 83.888 |
| Banco do Nordeste | 199.860 | - | 1.173 | 13.551 | (15.395) | (1.070) | 198.119 |
| | 279.669 | - | 1.173 | 24.501 | (21.171) | (2.165) | 282.007 |

Movimentação 2024

| Instituições Financeiras | Saldos em 31/12/2023 | Adições | Custo de captação | Encargos de empréstimos, financiamentos e debentures | Amortização de juros | Amortização de principal | Saldos em 31/12/2024 |
|---------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------------------|---|---------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|
| Banco Itaú - Debentures | 78.120 | - | (1.104) | 8.830 | (6.037) | - | 79.809 |
| Banco do Nordeste | 184.700 | - | - | 16.836 | (1.599) | (77) | 199.860 |
| | 262.820 | - | (1.104) | 25.666 | (7.636) | (77) | 279.669 |

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures Banco Itaú

A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú a debêntures CVM 476, não conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,3879%, para arcar com os custos de implantação do projeto. O financiamento tem obrigações de comprovação de Covenants a partir de 2024. O sistema de amortização é semestral iniciada em janeiro de 2024.

A empresa tem a obrigação de cumprimento de ICSD de no mínimo, 1,4x. Este índice foi atingido no exercício de 2025.

c) Banco do Nordeste

A Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste o empréstimo, com taxa IPCA + 3.2729% para arcar com os custos de implantação do projeto. O financiamento tem obrigações de comprovação de *Covenants a partir de 2024*. O sistema de amortização é mensal iniciada em dezembro de 2023.

A Companhia tem a obrigação de cumprimento de ICSD de no mínimo, 1,4x, a partir da liberação da fiança, que para o exercício de 2025 ainda não foram liberadas.

Os vencimentos das parcelas de circulante e não circulantes são os seguintes:

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-----------|-----------------------|-------------------|
| 2025 | - | 8.064 |
| 2026 | 4.585 | 2.108 |
| 2027 | 23.800 | 3.661 |
| 2028 | 24.100 | 4.339 |
| Após 2028 | 229.522 | 261.497 |
| | <u>282.007</u> | <u>279.669</u> |

d) Garantias

Banco Itaú

Fiança Corporativa da MEZ Energia e Participações S.A. até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida com o valor de uma PMT.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

d) Garantias--Continuação

Banco do Nordeste

(i) Fiança Bancária para 100% do montante do financiamento até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das ações da SPE; (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes da Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviço da Dívida no valor de 3,6% do montante da dívida, e (iv) Equity Support Agreement da MEZ Energia e Participações S.A..

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Tributos diferidos

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Pis e Cofins | 21.717 | 27.471 |
| Imposto de renda e Contribuição social | 17.022 | 22.335 |
| | <u>38.739</u> | <u>49.806</u> |

10.1. Pis e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14. A legislação decorrente da reforma tributária sobre o consumo prevê alterações no regime desses tributos a partir de 31 de dezembro de 2026. A Administração acompanha os desdobramentos normativos e regulatórios relacionados ao tema. Eventuais impactos contábeis decorrentes dessas alterações, inclusive quanto aos saldos de PIS e COFINS diferidos, dependerão da consolidação do entendimento sobre tais regras e da eliminação das incertezas atualmente existentes, o que poderá incluir a formalização do entendimento regulatório pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, esperada para 2026, e somente serão reconhecidos pela Companhia após a conclusão das análises aplicáveis e quando atendidos os critérios de reconhecimento e mensuração previstos nas normas contábeis vigentes, considerando, ainda, a obtenção de segurança jurídica e regulatória.

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Saldo anterior | 27.471 | 22.520 |
| Receita de Implementação de Infraestrutura | - | 99.127 |
| Ajuste na realização da margem de construção | (37.636) | - |
| Remuneração dos ativos de contrato | 60.012 | 58.172 |
| Receita de operação e manutenção | 2.835 | 2.316 |
| (-) RAP | (51.295) | (20.406) |
| Base de cálculo | (26.084) | 139.209 |
| Alíquotas PIS e COFINS | 3,65% | 3,65% |
| Realização de Impostos Diferidos | (8.323) | - |
| Outros | (3.521) | 130 |
| PIS e COFINS diferidos | (5.754) | 4.951 |
| Saldo final | 21.717 | 27.471 |
| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
| Circulante | 2.018 | 1.946 |
| Não Circulante | 19.699 | 25.525 |
| | <u>21.717</u> | <u>27.471</u> |

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Tributos diferidos--Continuação

10.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32 São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

a) Impostos diferidos

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto de renda diferido | 10.624 | 14.503 |
| Contribuição social diferida | 6.398 | 7.832 |
| IR e CS diferidos (Não circulante) | 17.022 | 22.335 |

b) Reconciliação da receita (despesa)

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|--|----------------|----------------|------------|---------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Receitas diferidas | 25.211 | 25.211 | 159.615 | 159.615 |
| Percentual de presunção | 8% | 12% | 8% | 12% |
| Base de cálculo presumida | 2.017 | 3.025 | 12.769 | 19.154 |
| Alíquotas utilizada para cálculo | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Imposto de renda e contribuição social efetiva | 504 | 272 | 3.192 | 1.724 |
| Outros | 3.296 | (1.985) | (578) | (313) |
| Realização Impostos diferidos | (5.235) | (2.166) | - | - |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos | (1.435) | (3.879) | 2.614 | 1.411 |

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito é de R\$272.250 dividido em 272.250.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

| | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 | | |
|--|----------------------|----------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Quantidade de quotas | R\$ mil | % do capital social | Quantidade de ações | R\$ mil | % do capital social |
| MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. | 272.250.000 | 272.250 | 100,00% | 272.250.000 | 272.250 | 100,00% |
| | 272.250.000 | 272.250 | 100,00% | 272.250.000 | 272.250 | 100,00% |

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu adiantamentos para futuro aumento de capital durante o exercício corrente, os quais devem ser convertidos em capital social durante o exercício de 2025:

| <u>Data</u> | <u>Valor</u> | <u>Sócio</u> |
|-------------------|--------------|-------------------------------------|
| Janeiro de 2025 | 4.350 | MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. |
| Fevereiro de 2025 | 3.100 | MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. |
| Março de 2025 | 550 | MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. |
| Maio de 2025 | 700 | MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. |
| Junho de 2025 | 670 | MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. |
| | <u>9.370</u> | |

c) Destinação do resultado do exercício:

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| (=) Lucro líquido do exercício | 3.607 | 14.074 |
| (-) Constituição da reserva Legal (5% do lucro líquido) | (180) | (704) |
| (-) Constituição da reserva de lucros a realizar | (3.427) | (13.370) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |

Reserva Legal

A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 montante era de R\$10.427 (R\$10.247 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros a realizar

O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após deduzir a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76.

Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2025, o montante desta reserva é de R\$89.619 (R\$96.647 em 31 de dezembro de 2024).

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia um possui saldo com partes relacionadas de R\$7.709 (R\$6.442 em dezembro de 2024), referente ao compartilhamento de despesas amparado pela RN948 ANEEL.

A remuneração da Alta Administração é desembolsada pela controladora do grupo econômico MEZ Energia e Participações S.A.

13. Receita operacional líquida

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | |
| Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem | - | 99.127 |
| Ajuste realização da RAP | (2.527) | - |
| Ajuste entrada em operação | - | - |
| Remuneração dos ativos de contrato | 60.012 | 58.172 |
| Receita de operação e manutenção | 2.835 | 2.316 |
| | 60.320 | 159.615 |
| | | |
| (-) PIS sobre receita | 693 | (3.066) |
| (-) Cofins sobre receita - diferido | 3.189 | (4.681) |
| (-) Encargos regulatórios | (640) | (282) |
| | 3.242 | (8.029) |
| | | |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 63.562 | 151.586 |

14. Custo de implementação de infraestrutura

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Máquinas e equipamentos | - | 28.456 |
| Operação e manutenção | 1.320 | - |
| Ajuste na realização da margem de construção | 35.109 | - |
| Pessoal | - | 319 |
| Material | - | 4.185 |
| Serviços de terceiros | - | 38.478 |
| Receitas/Despesas Financeiras | - | 3.895 |
| Juros capitalizados | - | 8.275 |
| Impostos e Taxas | - | 671 |
| Adiantamento a fornecedores | - | (2.583) |
| Depósitos judiciais | - | 1.021 |
| Arrendamentos e Aluguéis | - | 29.913 |
| Outros | - | 258 |
| | 36.429 | 112.888 |

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Outras receitas e despesas operacionais

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|--------------|------------|
| Reversão de custos provisionados para construção | 5.522 | - |
| | 5.522 | - |

16. Resultado financeiro

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-----------------|------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 1.840 | 805 |
| | 1.840 | 805 |
| Despesas Financeiras | | |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | (24.500) | (17.391) |
| Despesas com fiança bancária | (6.383) | - |
| Outras despesas financeiras | (337) | (1.167) |
| | (31.219) | (18.558) |
| | (29.379) | (17.753) |

17. Provisão para ações judiciais

a) Perdas prováveis

A adição em provisões para ações judiciais realizadas no exercício de 2025, no valor de R\$4.215 mil, referem-se, a Ações de Natureza Cível Fundiária.

18. Imposto de renda e contribuição social correntes

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|--|--------------|--------------|------------|--------|
| Receita realizada | 51.295 | 51.295 | 22.612 | 22.612 |
| Percentual de presunção | 8% | 12% | 8% | 12% |
| Base de cálculo total | 4.104 | 6.155 | 1.809 | 2.713 |
| Receitas financeiras | - | - | 1.391 | 1.391 |
| Base de cálculo | 4.104 | 6.155 | 3.200 | 4.104 |
| Alíquota utilizada para o cálculo | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Imposto de renda e contribuição social efetiva | 1.026 | 554 | 800 | 369 |
| Outros ajustes | 440 | 167 | (69) | (23) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 1.466 | 721 | 731 | 346 |

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

b) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Concessionárias e permissionárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes,

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Riscos de crédito--Continuação

considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas CDI e IPCA estimadas para um cenário provável do

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Riscos de crédito--Continuação

Risco de mercado--Continuação

comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI e IPCA utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI, IPCA acumulado e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

| Operação | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário provável (*) | -25% Cenário A | -50% Cenário B |
|---------------------------|------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos Financeiros | | | | | |
| Aplicações financeiras | 2.296 | Queda da taxa CDI | 1.954 | 2.039 | 2.125 |
| Caixa restrito | 14.725 | Queda da taxa CDI | 14.703 | 13.080 | 13.628 |

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

| Operação | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário provável (*) | 25% Cenário A | 50% Cenário B |
|---|------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------|------------------|
| Passivos Financeiros | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos e debêntures | 282.007 | Aumento do IPCA | 294.162 | 297.200 | 302.239 |
| Referência para ativos financeiros | | | Cenário provável | 25% | 50% |
| CDI % | | | 14,90% | 11,18% | 7,45% |
| IPCA % | | | 4,31% | 5,39% | 6,47% |

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

d) Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

e) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

| | Nível | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|---|-------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| <u>Ativos Financeiros</u> | | | | | |
| <i>Valor justo através do resultado:</i> | | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 2 | 2.401 | 2.401 | 934 | 934 |
| Caixa Restrito | 2 | 14.725 | 14.725 | 14.044 | 14.044 |
| <u>Ativos Financeiros</u> | | | | | |
| <i>Custo amortizado:</i> | | | | | |
| Concessionária e permissionária | - | 6.427 | 6.427 | 2.582 | 2.582 |
| <u>Passivos Financeiros</u> | | | | | |
| <i>Custo amortizado:</i> | | | | | |
| Fornecedores | - | 14.374 | 14.374 | 24.037 | 24.037 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | 282.007 | 282.007 | 279.669 | 279.669 |

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Hierarquia do valor justo--Continuação

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

MEZ 1 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2025 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (valores expressos em Reais):

| Controladas | Seguradora | Apólice | Tipo | Modalidade | Valor segurado | Valor do prêmio | Período de vigência |
|-------------|--------------------|---------------------|------------------------------------|------------------------------------|----------------|-----------------|----------------------------|
| MEZ 1 | Fator | 100510000 4162 | Resp. Civil Geral - Operacional | Resp. Civil Geral - Operacional | 3.750 | 6 | 31/03/2025 a 31/03/2026 |
| MEZ 1 | SUHAI | 100311123 4750 | SEGURO AUTOMÓVEL | SEGURO AUTOMÓVEL | 200 | 8 | 31/10/2025 a 31/10/2026 |
| MEZ 1 | BVIX Seguradora | 030.5.01.0 00115 | Riscos Nomeados e Operacionais | Riscos Nomeados e Operacionais | 45.582 | 73 | 31/12/2025 a 31/12/2026 |
| MEZ 1 | MITSUI | 175000200 7 | Seguro Garantia - Fiscal | Seguro Garantia - Fiscal | 539 | 24 | 27/02/2026 a 26/02/2031 |

Contador

Pablo Fernandes da Silva

CRC: 1SP 292416/O-3

DIRETOR

Mario Sergio Rizk de Abreu